

# Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 5 n° 42

março 20

## Pandemia paralisa o mundo

Crise sem precedentes tira vidas, ameaça economias e exige do Brasil ações urgentes para aliviar fluxos de caixa e manter a confiança

**EXECUTIVO** ▶ CNI envia ao governo 37 propostas de ações contra crise do coronavírus

**CONGRESSO** ▶ Aprovação da reforma tributária é ainda mais urgente

**CUSTO BRASIL** ▶ Debilidades competitivas reduzem imunidade do país



# INVESTIR EM EDUCAÇÃO DEIXA O FUTURO CADA VEZ MAIS SEGURO.

Revista Indústria Brasileira ▶ março 2020

Num mundo em constante mudança, projetos inovadores em educação, saúde e segurança no trabalho ajudam a promover uma verdadeira transformação na indústria e na vida dos trabalhadores. E, para garantir que, no presente, profissionais da indústria brasileira estejam com um pé no futuro, o SESI conta com nove Centros de Inovação que desenvolvem as mais avançadas tecnologias, que beneficiam milhares de trabalhadores. O futuro nunca foi tão promissor. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SESI está construindo hoje  
o futuro do trabalho.**

**#pelofuturodotrabalho**

**#ofuturodatrabalho**

**SESI**

Serviço Social da Indústria

**PELO FUTURO DO TRABALHO**

Saiba mais em [www.sempresisenai.com.br](http://www.sempresisenai.com.br)

[f](#)/SESINacional [yt](#)/sesi [in](#)/sesi-nacional

# Carta ao leitor

A **PANDEMIA** provocada pelo novo coronavírus e seus reflexos sobre os mercados e a vida urbana, no Brasil em todo o mundo, certamente leva a um estado de incerteza sobre a aprovação das reformas estruturais fundamentais para o soerguimento da economia nacional.

Por outro lado, é de se supor que os atores políticos do país, sobretudo deputados federais e senadores, mais do que nunca, irão se empenhar para agilizar a votação e a aprovação de reformas tidas como prioritárias, como a tributária e a administrativa.

Em entrevista publicada nesta edição da revista *Indústria Brasileira*, concedida antes do agravamento da pandemia, o relator da Comissão Mista da Reforma Tributária no Congresso Nacional, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), avaliou que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados estavam bastante mobilizados sobre o tema, e disse que a gravidade da crise econômica, somada aos evidentes prejuízos que o sistema tributário tem causado ao setor produtivo, provocaram um sólido consenso sobre a necessidade de mudança nas regras.

Em linhas gerais, o que a indústria brasileira defende é a implantação de um sistema tributário com regras mais simples e eficientes do que as anacrônicas e penosas normas atuais. A visão de empresários e executivos, bem como a de especialistas, sobre a importância e a urgência desse tema, sobretudo em função da crise

decorrente do novo coronavírus, está na reportagem de capa desta edição.

Essa edição traz também um reportagem que mostra como os impostos formam um dos principais grilhões do famigerado Custo Brasil. Um recente e original estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com o Ministério da Economia, estimou o valor dessa desvantagem, expressa em mão de obra pouco qualificada, infraestrutura precária e ineficiência impositiva. São nada menos que R\$ 1,5 trilhão ao ano – o equivalente a nada menos do 20% do PIB de R\$ 7,3 trilhões registrado em 2019.

Na visão do empresário Jorge Gerdau, idealizador e principal líder do MBC, também entrevistado nesta edição, o Custo Brasil permeia toda a atividade de qualquer empresa. Segundo ele, esse câncer envolve “a dificuldade de acesso a capital, a burocracia, a insegurança jurídica, a dificuldade de se integrar em cadeias produtivas globais, a infraestrutura logística, o acesso a insumos básicos e a interferência do governo na economia, que há décadas vem denunciando essas desvantagens em relação a outros países”.

Entre os demais temas desta edição, também são destaque a elaboração e relevância da *Agenda Legislativa* (que chega ao seu ano 25), a adesão transformadora de empresas no Brasil ao processo da Economia Circular e o *Festival SESI de Robótica*, que reuniu, em São Paulo, no início de março, mais de 1.500 estudantes de diversos estados brasileiros.

Boa leitura!

## ▼ Conheça o Sistema Indústria

### CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)  
flickr ▶ [cniweb](#)  
instagram ▶ [cni br](#)  
twitter.com ▶ [cni\\_br](#)  
linkedin ▶ [cni-brasil](#)  
youtube ▶ [cniweb](#)

### SESI

facebook ▶ [SESI Nacional](#)  
youtube ▶ [sesi](#)  
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

### SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)  
instagram ▶ [senai\\_nacional](#)  
twitter ▶ [senainacional](#)  
youtube ▶ [senai br](#)  
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

### IEL

facebook ▶ [IELbr](#)  
instagram ▶ [ielbr](#)  
twitter ▶ [iel\\_br](#)  
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

# sumário

## 6 ARTIGO DO PRESIDENTE

### 8 CRISE E CASTIGO

Pandemia atinge o Brasil e pode ter impactos sérios sobre uma economia que convive há anos com custos altos de produção

### 12 INFOGRAFIA

Como os impostos e demais itens do Custo Brasil inflam os preços, com base no caso da indústria automobilística

### 14 CONGRESSO

Políticos, analistas e dirigentes industriais avaliam positivamente o texto e a construção do consenso sobre a reforma tributária

### 22 AGUINALDO RIBEIRO

Deputado do PP da Paraíba faz análise das razões pelas quais é importante aprovarmos uma reforma do sistema de impostos

### 24 JORGE GERDAU

Empresário explica como o Custo Brasil atrapalha o desenvolvimento do país e aponta prioridades na intervenção estatal

## 26 INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI aciona o Supremo Tribunal Federal contra lei que obriga indústria do cimento a fabricar sacos com menos de 50 quilos

## 28 AGENDA LEGISLATIVA

Aos 25 anos, *Agenda Legislativa da Indústria* é o documento de referência no diálogo do setor com o Congresso Nacional

## 32 COMPETITIVIDADE

A economia circular ganha adesões e torna o processo produtivo mais limpo, mais eficiente e mais rentável

## 36 TERMÔMETRO

*Indicadores Industriais* mostram que 2019 ainda foi um ano ruim para a indústria, ainda que as expectativas tenham melhorado antes da pandemia

## 38 ESTUDOS

Dados da Utilização da Capacidade Instalada (UCI) revelam aquecimento em janeiro, melhor mês dos últimos quatro anos

## 40 GIRO BRASIL

Indústria do Acre participa de encontro internacional no Peru em busca de novos negócios

## 42 ROBÓTICA

Torneio do SESI realizado em São Paulo revela histórias de superação e excelência numa nova geração de profissionais

## 46 OUTRA VISÃO

Cláudio Frischtak, da Inter.B Consultoria, analisa a agenda de privatizações para este ano

### **Revista Indústria Brasileira**

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI  
www.cni.org.br

### **Confederação Nacional da Indústria – CNI**

#### ► DIRETORIA

##### **PRESIDENTE**

Robson Braga de Andrade

##### **VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS**

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

##### **VICE-PRESIDENTES**

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

##### **1º DIRETOR FINANCEIRO**

Jorge Wicks Côrte Real

##### **2º DIRETOR FINANCEIRO**

José Carlos Lyra de Andrade

##### **3º DIRETOR FINANCEIRO**

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

##### **1º DIRETOR SECRETÁRIO**

Amaro Sales de Araújo

##### **2º DIRETOR SECRETÁRIO**

Antonio José de Moraes Souza Filho

##### **3º DIRETOR SECRETÁRIO**

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

##### **DIRETORES**

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

#### ► CONSELHO FISCAL

##### **MEMBROS TITULARES**

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

##### **MEMBROS SUPLENTE**

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

##### **DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO**

Ana Maria Curado

### **Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL**

##### **SUPERINTENDENTE**

José Edward Lima

##### **GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO**

Rodrigo Caetano

##### **GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS**

Mariana Flores

### **Desenvolvimento e Produção**

#### ► FSB COMUNICAÇÃO

##### **CONSULTOR EDITORIAL**

Wladimir Gramacho

##### **JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Rachel Mello (DF 3877/95)

##### **REPORTAGEM**

Vivaldo de Sousa, Ana Flávia Flôres e Marina Simon

##### **PROJETO EDITORIAL**

Guto Rodrigues

##### **REVISÃO DE TEXTO**

Renata Portella

##### **CAPA**

Gettyimages

##### **Informações técnicas:**

tel (61) 3317-9472  
fax (61) 3317-9456  
revistacni@cni.org.br

# Acelerar reformas é crucial para o Brasil crescer



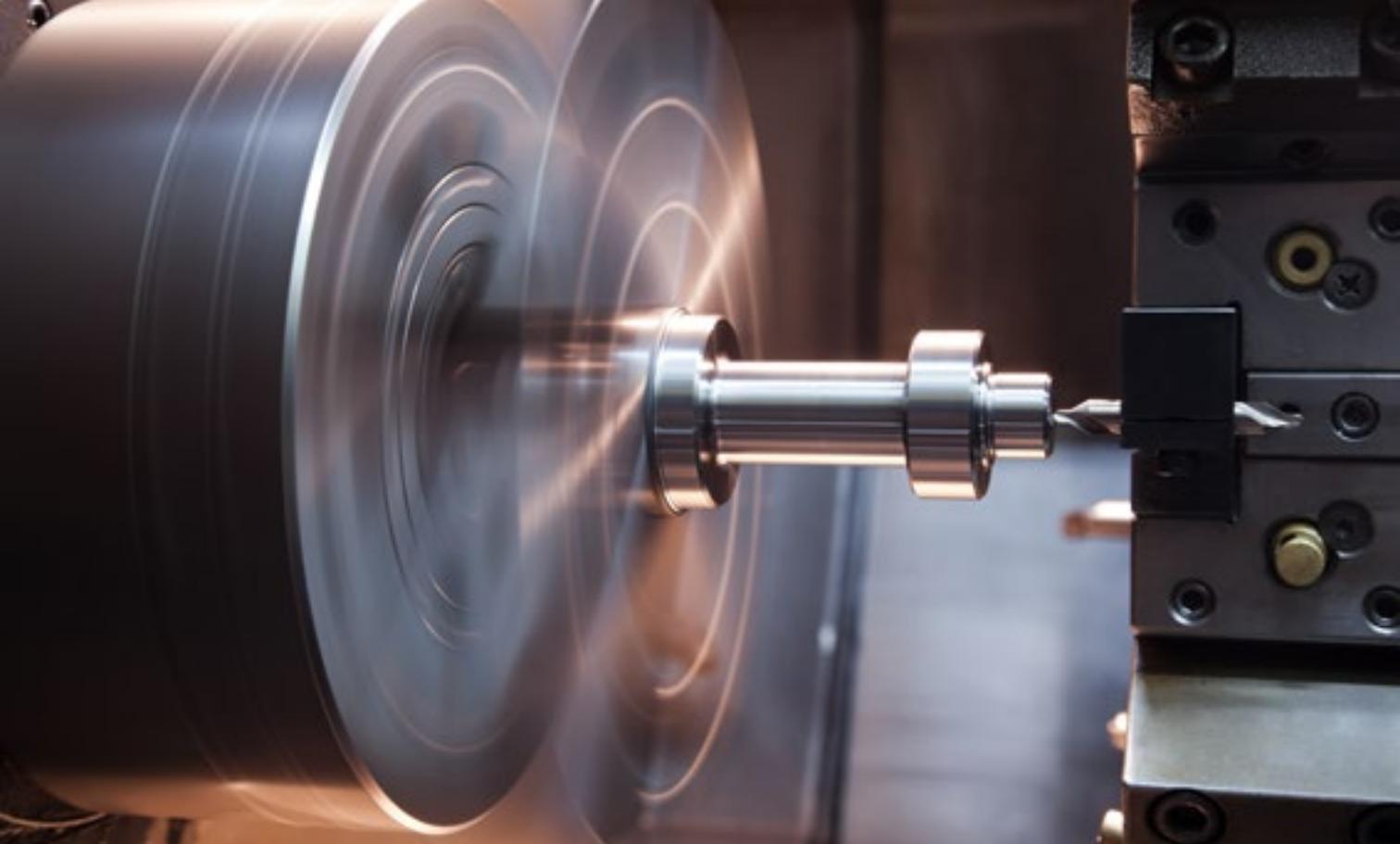
► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

**O MUNDO** enfrenta a mais severa crise da história recente. Os efeitos da pandemia de coronavírus são devastadores. Governos, autoridades sanitárias e profissionais da área de saúde têm atuado com eficiência para controlar a propagação da doença, tratar os infectados e preservar o bem mais importante, que é a vida.

Muitos países, inclusive o Brasil, também estão adotando medidas emergenciais para minimizar os incalculáveis prejuízos econômicos da Covid-19. Tais ações são imprescindíveis, pois o isolamento da população reduziu o consumo e atingiu as cadeias de produção de tal maneira que já se espera um período de recessão global.

A crise, no entanto, não pode nos paralisar. O momento exige ação e um esforço coordenado do Poder Executivo, do Congresso Nacional e da sociedade para reduzir os impactos sobre as empresas e o emprego no Brasil. Em paralelo às ações emergenciais, é necessário acelerar as reformas estruturais e atuar sobre os problemas que aumentam os custos de produção e diminuem a capacidade da



indústria brasileira de competir com os principais parceiros comerciais.

A principal prioridade dessa agenda é a reforma tributária. O sistema atual é complexo, burocrático e repleto de distorções. Tudo isso aumenta os custos das empresas, prejudica as exportações e os investimentos e é fonte de insegurança jurídica e litígios com o Fisco. Essas ineficiências prejudicam, sobretudo, a indústria brasileira. Por causa da incidência de tributos nas diversas etapas da produção, da taxaço dos investimentos e das exportações, o setor é o que suporta a maior carga tributária. Com uma participação de 21,2% na economia brasileira, a indústria é responsável por 34,2% da arrecadação de impostos federais e por 30% das contribuições à Previdência.

Por isso, defendemos uma reforma que simplifique o sistema, reduza o número de encargos e obrigações indiretas e desonere os investimentos e as exportações. As duas propostas em tramitação no Congresso, que serão unificadas pela Comissão Mista da Reforma Tributária, caminham nessa

direção, pois reúnem diversos impostos sobre o consumo em um só tributo nos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), reduzem a cumulatividade, desestimulam a guerra fiscal e desoneram os investimentos, aproximando o sistema brasileiro do padrão adotado nos países desenvolvidos.

Uma reforma tributária ampla ajudará o país a diminuir o Custo Brasil que, conforme estudo recente do governo, atinge R\$ 1,5 trilhão ao ano, o equivalente a 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Além de atacar os atuais entraves tributários, a redução do Custo Brasil que penaliza as empresas e a população requer a modernização e a ampliação da infraestrutura, o corte dos custos dos financiamentos, o combate à burocracia, o aumento da segurança jurídica e a qualificação profissional dos trabalhadores.

Os desafios são muitos, mas tenho a convicção de que, com diálogo e o empenho de toda a sociedade, o Brasil avançará na agenda de reformas e fortalecerá as bases da economia para, superada essa crise mundial, retomar o caminho do crescimento sustentado e da criação de empregos. ■



Foto: Indústria Brasileira ▶ março 2020

▶ Segundo estudo do Ministério da Economia, o Custo Brasil chega a R\$ 1,5 trilhão ao ano, uma desvantagem provocada por dificuldades como empregar capital humano, pagar tributos ou dispor de infraestrutura



# Nossa fragilidade frente aos choques

---

QUALQUER ECONOMIA SOFRE DIANTE DE CHOQUES EXTERNOS COMO A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS, MAS A PRODUÇÃO NACIONAL TEM SIDO MUITO MINADA PELO CUSTO BRASIL

---

**DONO** de uma empresa de médio porte em São Paulo, o empresário Roberto Yokomizo produz uniformes escolares e corporativos há três décadas. Atualmente, com 80 funcionários, ele diz que a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, o custo do crédito, a alta complexidade tributária e as limitações na capacidade de inovar são alguns dos itens que encarecem o negócio e reduzem a competitividade de sua empresa.

Os pontos citados por ele compõem o chamado Custo Brasil, estimado em R\$ 1,5 trilhão anuais, conforme recente estudo da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, juntamente com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), o setor produtivo e o apoio técnico do Center for Public Impact, fundação do Boston Consulting Group.

Na comparação com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Custo Brasil é composto por 12 elementos. Entre eles estão os custos para empregar capital humano (de R\$ 260 bilhões a R\$ 320 bilhões), para honrar tributos (de R\$ 240 bilhões a R\$ 280 bilhões) e para dispor de infraestrutura (de R\$ 190 bilhões a R\$ 230 bilhões).

Se tradicionalmente enfraquecem as empresas brasileiras na hora de competirem com estrangeiras pelos principais mercados, essas desvantagens denunciam uma potencial baixa imunidade



brasileiro: 1) acessar o capital; 2) empregar o capital humano; 3) enfrentar o custo da infraestrutura logística; 4) obter segurança jurídica; e 5) pagar tributos.

## SITE PARTICIPATIVO

Para Caiuby, esses grupos podem ser bem representados por uma mandala que ilustra a composição e combinação dos componentes do Custo Brasil. “Pela primeira vez, conseguimos quantificar o custo de cada um deles para as empresas”, diz o executivo do MBC. Segundo ele, o governo pretende lançar um site para receber contribuições do empresariado para reduzir o Custo Brasil.

A criação do site foi acertada com o secretário Carlos da Costa (Sepec) com o

objetivo de estruturar um processo de recepção e de avaliação de propostas do setor produtivo. Além da portaria da competitividade, publicada em novembro de 2019, esse processo inclui a estruturação do Conselho de Competitividade, a criação do Observatório da Competitividade e a apresentação de uma proposta de Lei da Competitividade.

“As nossas empresas têm um custo adicional de R\$ 1,5 trilhão por ano só por estarem no Brasil. É um peso gigantesco”, afirma o secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. Em relação ao estudo, ele diz que “o governo vai dar prioridade às questões que tenham maior impacto na redução e chance de sucesso na redução do Custo Brasil”. ■



Fonte: MBC/PROGRAMA DE MELHORIA CONTÍNUA DA COMPETITIVIDADE

# O CUSTO DE PRODUZIR UM CARRO NO BRASIL E NO MÉXICO



Produzir um carro no país vizinho do mercado americano custa **18 pontos percentuais** a menos que no Brasil

ITEM	BRASIL	MÉXICO
Materiais e partes	69,7%	61,7%
Mão de obra direta	6,6%	3,3%
SG&A (sigla em inglês para despesas administrativas, de vendas e gerais)	5,9%	4,3%
Logística	5,9%	3,1%
Fabricação	6,8%	4,0%
Outros	5,1%	5,5%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>81,9%</b>

Obs.: Com base em veículos similares produzidos no Brasil e no México.

## MARCA LENTA



Revista Indústria Brasileira ▶ março 2020

## TAXAS, TAXAS, TAXAS...

Impostos sobre o custo de produção total, em pontos percentuais

<b>BRASIL</b>	Custo total sem margem <b>137-144</b>	Impostos <b>37-44</b>	Custo de produção <b>100</b>
<b>MÉXICO</b>	Custo total sem margem <b>100</b>	Impostos <b>18</b>	Custo de produção <b>82</b>

## DOIS RITMOS

Em função de ter uma vocação global, o México se diferencia do Brasil em termos de políticas aplicadas ao setor automotivo

Fonte: Anfavea/Strategies/PwC (Maio de 2019)

\* Os custos associados diretamente à montadora (todos, exceto materiais e partes) representam 1/3 do custo total de produção

\* O custo de materiais reduz a competitividade brasileira, sobretudo por conta do motor e da transmissão

\* Além da diferença dos custos de produção, há o efeito tributário contribuindo para aumento do gap de competitividade

### BRASIL

#### POLÍTICAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Políticas de incentivo ao setor geralmente com **foco no mercado interno** e acordos comerciais limitados a alguns poucos mercados.

#### POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Elevada carga tributária, diferentes tributos, método de **cálculo complexo**.

#### REQUISITOS DE SEGURANÇA

Produção, em sua maioria, aderente aos **requisitos de segurança locais**.

#### AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Caracterizado por **alta burocracia**, limitações logísticas e violência, trazendo custos indiretos aos investidores.

### MÉXICO

#### POLÍTICAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Políticas de incentivo ao setor consolidadas com **foco na exportação**, envolvendo toda a cadeia de valor; acordos comerciais com diferentes mercados.

#### POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Carga tributária simplificada e ágil, com método de **cálculo simples**.

#### REQUISITOS DE SEGURANÇA

Produção, em sua maioria, aderente aos **requisitos de segurança dos grandes mercados**, alavancando sua escala de produção.

#### AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Caracterizado por **alta eficiência processual**, disponibilidade de meios logísticos e política de segurança eficazes.



►  
Comissão mista composta  
por 25 senadores e 25  
deputados federais  
vai harmonizar as  
duas propostas já em  
tramitação





# Por que aprovar já a reforma tributária

---

APESAR DA PANDEMIA E SEUS EFEITOS, EXISTE CONSENSO ENTRE LIDERANÇAS POLÍTICAS, SETOR PRODUTIVO E ESPECIALISTAS SOBRE A DIREÇÃO DA MUDANÇA NOS IMPOSTOS

---

**AINDA QUE** a agenda do Congresso Nacional mude radicalmente por causa da pandemia, é ainda mais urgente a aprovação de mudanças no nosso sistema de impostos, para estimular a confiança de empresários e investidores e reduzir nossa vulnerabilidade no futuro. “É uma reforma aguardada há décadas pelos brasileiros, com desburocratização e simplificação. É a possibilidade, de fato, de dar segurança jurídica e tranquilidade para os empreendedores confiarem no Brasil”, registrou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), durante a instalação da comissão mista criada para elaborar uma proposta de reforma tributária, em 19 de fevereiro. Agora, o que era uma previsão com grande dose de certeza tornou-se apenas um cenário desejado, diante das dúvidas sobre a extensão da pandemia.

Composta por 25 senadores e 25 deputados federais, a comissão é responsável por elaborar uma proposta de consenso para atualizar o sistema tributário brasileiro. O ponto de partida para as discussões são as duas Propostas de Emenda Constitucional já em discussão no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e a PEC 110/2019, apresentada por Alcolumbre e outros senadores. A expectativa otimista de quem apoia a reforma é que a proposta, cujo texto ainda será negociado, pudesse ser votada em dois turnos na Câmara e no Senado antes do recesso de julho. No momento atual, já não é possível fazer essa previsão.

Presidente da comissão mista, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) destacava, antes da crise, que nunca um assunto tão árido e tão complexo teve tanto interesse de deputados e senadores. “O Congresso Nacional tem um papel muito importante neste momento. Temos a função de conciliar o texto que está na Câmara, que é muito bom, com o texto que está no Senado, também muito bom, e com os assuntos de interesse

do Executivo, pois não se faz uma proposta dessas sem o governo federal”, afirma o tucano. Para buscar um consenso ainda melhor, diz o senador, é preciso considerar os interesses dos governos estaduais e do setor privado.

Na avaliação de Rocha, “as perspectivas de aprovação da reforma tributária são amplas, considerando as convergências de interesses de todos os setores econômicos e de todos os entes federativos”. Além disso, as propostas em discussão já guardam uma base comum considerável e permitem que se faça um mapa do que já é consenso. “Não conheço um único setor que

se coloque contrário à necessidade da reforma. O Brasil tem pressa de superar o manicômio tributário em que vivemos”, diz o senador maranhense.

Ator importante nas negociações, o governo federal ainda não enviou ao Legislativo sua proposta de reforma tributária, mas o Ministério da Economia estuda propor três mudanças na tributação: a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal em substituição à Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); a criação de um imposto seletivo sobre bens e serviços específicos, como cigarros e bebidas, no lugar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e a introdução de mudanças no Imposto de Renda (IR), com a retomada da tributação sobre lucros e dividendos e a desoneração da folha de pessoal. A criação de um imposto sobre valor agregado também está prevista nas propostas em discussão no Congresso Nacional.

## SUBSTITUIÇÃO

De maneira resumida, a proposta da Câmara prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição a três tributos federais - IPI, Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) -, um tributo estadual - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - e outro municipal - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A base de cálculo será uniforme em todo o país, mas os estados terão autonomia para fixar as alíquotas, aplicadas a todas as operações. A alíquota final do IBS em cada local seria a soma das alíquotas federal, estadual e municipal. A proposta da Câmara prevê, ainda, a criação de um imposto seletivo federal, para incidir sobre bens e serviços específicos cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Já a proposta do Senado propõe a extinção de sete tributos federais: IPI, PIS, Cofins, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep),

**“Não conheço um único setor contrário à reforma. O Brasil tem pressa em superar o manicômio tributário em que vivemos”**

▲ **senador Roberto Rocha (PSDB-MA)** presidente da comissão mista da reforma tributária

Salário-educação, Cide-Combustíveis; ICMS; e ISS. Em substituição seriam criados o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e um tributo seletivo específico sobre bens e serviços (imposto seletivo), de competência federal e que incidiria sobre itens como petróleo e derivados, combustíveis e lubrificantes, cigarros, energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Além disso, o texto em discussão no Senado prevê que a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seja extinta e, de acordo com a proposta, incorporada ao Imposto de Renda, que passaria a ter alíquotas ampliadas. Por fim, o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) seria cobrado também sobre aeronaves e embarcações, mas excluiria veículos comerciais destinados à pesca e ao transporte público de passageiros e cargas com maior capacidade contributiva.

## GANHO POTENCIAL

Como a discussão do texto ainda está na fase inicial na comissão mista, não há estimativas de impacto econômico, mas um estudo elaborado em 2019 pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) concluiu que os dois textos que já estão no Congresso promovem uma simplificação na cobrança de impostos, sem aumentos na carga tributária. Considerando que não haverá alterações no volume da carga tributária, o estudo estima que, quando comparadas as duas propostas em termos de aumento de renda disponível para o consumo, os resultados seriam muito próximos. O ganho potencial de consumo no país seria de R\$ 122,7 bilhões na PEC 45/2019 e de R\$ 122,1 bilhões na PEC 110/2019.

Luiz Carlos Moraes, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), diz que “o momento é de se buscar um consenso sobre a melhor alternativa. A reforma tributária é urgentíssima, assim como a administrativa”.

“É um nó difícil de desatar, mas esse desafio precisa sair do papel. O setor automotivo consome, por ano, cerca de R\$ 2,3 bilhões para fazer cálculos e acompanhamentos de tributos. Nas exportações, a burocracia



nos onera em 12% só em resíduos tributários. Isso afeta a competitividade do país e vale para todos os setores da nossa economia. É preciso simplificar para facilitar a vida de todos os agentes econômicos e melhorar o nosso ambiente de negócios”, diz o presidente da Anfavea.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto de Direito Público (IDP), lembra que as regras atuais já completaram mais de meio século. Segundo ele, o sistema “está obsoleto, pesado e ultrapassado”. O contexto para uma atualização é dos melhores. “Hoje, há um Congresso Nacional muito mais ativo e interessado na matéria”, diz Afonso, que considera que a mera simplificação da cobrança e do pagamento de tributos, mesmo sem redução de carga tributária, já seja um avanço.

## COMPLEXIDADE

Empresa de origem britânica da área farmacêutica, a GlaxoSmithKline (GSK) emprega diretamente 60 pessoas na área tributária apenas para que cuidem do pagamento de tributos, informa Vitor Oliveira, regional CFO Consumer Health Care

▲ Burocracia onera setor automotivo e afeta a competitividade, diz Moraes (Anfavea)

da empresa para a América Latina. Segundo ele, a complexidade do sistema tributário brasileiro, que inclui regras diferentes no recolhimento dos tributos estaduais, faz com que até mesmo os profissionais da área comercial precisem conhecer as regras para saberem qual o impacto dos impostos no preço dos produtos para os clientes.

“A complexidade tributária para conseguir pagar todos os impostos da maneira correta, no dia certo, na quantidade e no valor certos dá muito trabalho e atrasa todo o processo produtivo e de desenvolvimento das empresas”, diz Oliveira. “Todas as empresas no Brasil precisam ter uma área tributária forte para seguir a lei. Além de ser complexa por si só, a legislação prevê muitos impostos diretos e indiretos diferentes para cada produto e há mudanças constantes nas regras. Isso coloca o país totalmente fora de competição com os países mais desenvolvidos”, reclama o executivo da GSK.

Com a experiência de quem já trabalha há quase 15 anos na área tributária, Vitor Oliveira diz que o Brasil está em um momento em que precisa de uma reforma

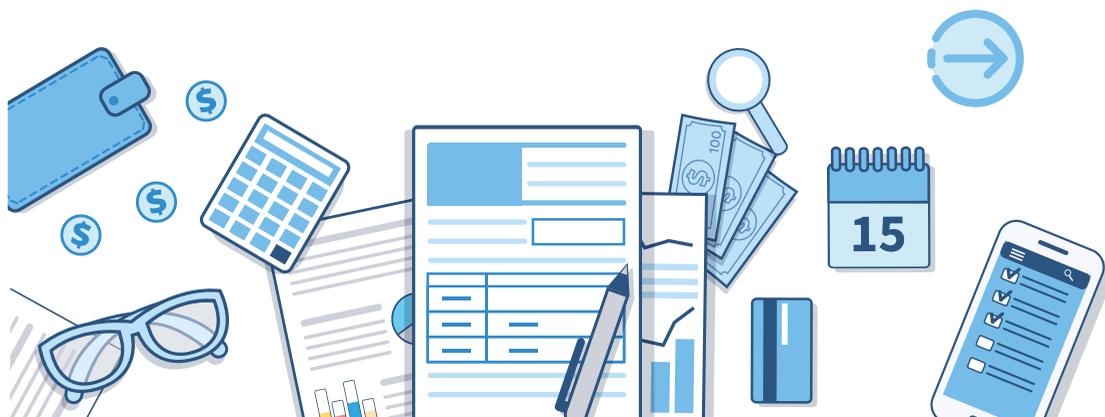
tributária para que possa se tornar mais competitivo internacionalmente. “Se não fizermos alguma coisa para mudar isso, nós nunca conseguiremos ser competitivos”, argumenta ele, que já atuou na área tributária de grandes empresas na Alemanha, na Argentina, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em países da África, com passagens pela Ford, Unilever, Novartis, Johnson & Johnson e Sanofi.

Um dos membros da comissão mista que vai discutir as novas regras que podem simplificar a vida de empresas como a GSK, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) acredita que a aprovação da reforma vai melhorar o ambiente de negócios no Brasil, mas também terá repercussão direta sobre os empregos. “Hoje temos uma política fiscal muito boa, que busca diminuir o déficit fiscal, mas só isso não resolve o problema da economia. É necessário um novo sistema tributário, principalmente no que diz respeito ao consumo, para que haja uma maior segurança jurídica”. Com maior segurança jurídica, avalia, aumentarão os investimentos no setor produtivo e, conseqüentemente, a oferta de emprego.

**1.501**  
horas em  
média por ano  
(equivalentes  
a **62,5 dias**)

É o tempo gasto  
pelas empresas no  
Brasil para calcular  
e pagar impostos

Entre o grupo de  
países da **OCDE**, o  
tempo dedicado à  
tarefa é de, em média,  
**158,8 horas.**



## TEMA URGENTE

A deputada Clarissa Garotinho (PROS-RJ), também da comissão mista, classifica a reforma tributária como “a reforma das reformas”. Para ela, esse é um tema urgente e que unifica o país. “A aprovação de uma reforma é fundamental para a retomada do desenvolvimento do Brasil”, avalia a deputada.

“É muito difícil empreender no Brasil e parte dessa dificuldade é causada pela burocracia dos impostos”, diz Clarissa Garotinho. Ela cita estudo do Banco Mundial que revela que uma empresa gasta aqui, em média, 1.958 horas por ano apenas para pagar tributos. “Além de ser muito tempo, pagar imposto no Brasil é custoso”, afirma a deputada.

Em média, a cada 200 funcionários contratados, um se dedica exclusivamente à tarefa de cuidar do pagamento de impostos, segundo o estudo mencionado pela parlamentar do PROS. Nos EUA, essa proporção é de um para 1.000 empregados. “Estima-se que, no Brasil, gaste-se R\$ 60 bilhões por ano apenas para calcular e pagar impostos”, afirma a deputada fluminense.

Na avaliação do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), que integrou a comissão especial da Câmara que analisou a PEC 45/2019, até o início da pandemia eram boas as perspectivas, apesar da ausência do governo federal nas negociações. “Não se faz grandes reformas sem a participação do governo central. Uma reforma tributária pede, ainda, a participação efetiva do governo, pois há a necessidade de várias adequações pertinentes a ele, como compensações de estados que estão perdurados em benefícios fiscais”, diz Cury.

Especialista na área tributária, Jacques Veloso, sócio do escritório Veloso de Melo Advogados, considera que a votação da reforma não será um processo rápido porque há muitos interesses antagônicos a serem compatibilizados. “Apesar disso, temos hoje uma maior maturidade política sobre a necessidade da reforma”, diz ele. Segundo o advogado, a complexidade das normas atuais gera um enorme contencioso e um custo de administração tributária perniciosos para o país. “A insegurança jurídica decorrente da complexidade do sistema é um grande inibidor dos investimentos”, lembra Veloso.

### Veja a comparação entre alguns países

PAÍS	HORAS	PAÍS	HORAS
 Noruega	79	 Portugal	243
 Austrália	105	 Índia	252
 Reino Unido	114	 Colômbia	256
 França	139	 Peru	260
 Canadá	143	 Argentina	312
 Rússia	159	 Polônia	334
 Estados Unidos	175	 Paraguai	378
 Israel	234	 Venezuela	920
 Itália	238	 Bolívia	1.025
 México	241	 <b>BRASIL</b>	<b>1.501</b>

Fonte: *Doing Business*  
2020 / Banco Mundial

Vinícius Bentolila, gerente tributário para a América Latina na alemã Thyssenkrupp, também destaca a complexa tributação ao longo da cadeia produtiva como um problema a ser resolvido pela reforma. “Há casos em que, somadas todas as alíquotas dos tributos incidentes para a produção de um bem, a carga tributária total pode chegar a 60% do preço final, ou seja, por vezes, mais da metade do preço do bem é tributo. Um remédio que, em muitos países, serve para mitigar esse problema não é utilizado da melhor maneira por aqui. Trata-se da não-cumulatividade, que consiste num sistema em que somente o que se agrega de valor em cada etapa da produção deva ser tributado”, explica Bentolila.

Assim, diz ele, quando uma empresa adquire insumos, os tributos embutidos no preço dessas aquisições deveriam ser transformados em créditos a serem descontados ou compensados na hora da tributação sobre suas vendas. “No Brasil, tal sistema não foi implantado da melhor maneira, pois há uma série de restrições à plena utilização desses créditos. Com isso, o imposto pago na cadeia anterior vira base de uma nova incidência, dando vez à chamada “tributação em cascata”, o que incrementa ainda mais a carga tributária”, destaca o executivo.

## BUROCRACIA

Segundo Vinícius Bentolila, o trabalho envolvido na apuração, no controle e no pagamento dos tributos não é pouco. “São dezenas de formulários a serem preenchidos e enviados à administração pública, distintas datas de vencimento para cada tipo de imposto e específicos índices de atualização a serem aplicados em caso de pagamentos fora do prazo ou registro e créditos fiscais, para citarmos apenas alguns exemplos. Além disso, há uma estrutura legislativa específica para cada tributo. Há leis, decretos, instruções normativas e portarias que regulam cada um. Quando estamos falando de um tributo estadual, como o ICMS, por exemplo, esse mesmo fluxo legislativo deve ser multiplicado por 27”, lamenta o gerente da Thyssenkrupp.

Ele destaca, ainda, que toda essa estrutura legal é constantemente alvo de alterações, emendas e revogações. “Diante desse cenário, as empresas têm de investir significativamente no desenvolvimento de sistemas operacionais específicos para atender a tais demandas e contar com diversos profissionais exclusivamente dedicados a essas tarefas”, aponta. Segundo ele, “muito colaboradores, que poderiam estar envolvidos em atividades estratégicas para os negócios e a inovação, devem se ater a processar e controlar as chamadas obrigações acessórias, como tarefas administrativas vinculadas à apuração, ao envio de informações à fiscalização e ao pagamento dos tributos”.

Estudo sobre o Custo Brasil elaborado pelo Ministério da Economia, em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), estima que as despesas das empresas para honrar tributos têm um custo adicional de até R\$ 280 milhões na comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse custo decorre da alta complexidade tributária, da carga impositiva para as empresas, da cumulatividade, da cobrança de tributos na exportação, da informalidade e da sonegação. ■



# Ações urgentes

CNI APRESENTA AO GOVERNO 37 PROPOSTAS CONTRA PANDEMIA

**QUARTA-FEIRA**, dia 18 de março. No dia em que o Ibovespa caiu sob a linha dos 70 mil pontos num mergulho vertiginoso, em meio ao espanto dos mercados e ao alerta das autoridades, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou ao governo federal um detalhado e específico roteiro de ações contra os efeitos locais da crise global, em 37 propostas de medidas urgentes.

A entidade considera que as ações são necessárias para dar às empresas condições de resistir ao período de redução da atividade econômica do país. “As dificuldades para produzir, geradas pela falta de insumos e pela falta de liquidez, com a queda nas vendas, poderão levar diversas empresas eficientes à falência – o que, certamente, aumentará as consequências sociais negativas da crise”, alerta o documento enviado ao Executivo.

Na área da tributação, por exemplo, a CNI propôs o adiamento, por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais, incluindo as contribuições previdenciárias, o parcelamento do pagamento do valor dos tributos, que tiverem o recolhimento adiado,

e a dispensa de pagamento, por 90 dias, sem multa, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União. O objetivo, no geral, é reduzir a exigência de capital de giro neste momento de crise e sobrecarga de demandas.

Os fluxos de caixa podem se beneficiar, também, de outras propostas feitas para a política monetária e de financiamento, como a redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e depósitos à vista, a facilitação, por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro e a prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras, com suspensão, por prazo determinado dos pagamentos, de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento.

Para preservar empregos e reduzir o custo social da crise, a CNI propôs a redução de jornada e salário de forma proporcional diretamente pelas empresas de forma unilateral, a ampliação do banco de horas, com prazo de compensação de até 2 anos, e a redução de exigências para realização do teletrabalho. ■

▼  
Redução das exigências para teletrabalho pode preservar empregos



# Um consenso que surgiu da crise

A GRAVIDADE DA RECESSÃO E OS PREJUÍZOS DO ATUAL SISTEMA TRIBUTÁRIO FORAM DECISIVOS PARA UNIR GOVERNOS DOS TRÊS NÍVEIS E EMPRESÁRIOS A FAVOR DE UMA MUDANÇA NOS IMPOSTOS



▶ Não há espaço para a aprovação de um imposto como a CPMF, diz o deputado

**RELATOR** da comissão mista da reforma tributária, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) avalia que a complexidade do sistema tributário brasileiro prejudica muito o setor produtivo, sobretudo a indústria. “Essa reforma é extremamente necessária para que a gente possa simplificar, trazer transparência e segurança jurídica para o país, mas sobretudo para estimular a atividade econômica”, afirma o deputado. *(Nota do editor: As expectativas foram formuladas pelo parlamentar num cenário de funcionamento normal do Congresso, o que pode ser afetado pelas medidas de contenção contra o coronavírus).*

**Na sua opinião, quais são as perspectivas de avanço da reforma tributária?** As perspectivas são as melhores possíveis porque temos uma chance real de aprovação, ainda mais agora com esse agravamento da crise. Temos uma posição de dificuldade econômica no país, como foi demonstrado no resultado do PIB (Produto Interno Bruto) do ano passado, com o agravamento dessa crise internacional do petróleo e com o coronavírus. Tudo isso reforça a necessidade de se avançar em reformas importantes como a tributária.

**Que fatores levam o senhor a ser tão otimista apesar deste cenário externo**

**complicado?** Internamente nós já tínhamos uma consciência coletiva da necessidade de reformar o sistema tributário que é tão complexo, cumulativo e que impacta negativamente o setor produtivo e que cria, sem dúvida nenhuma, um aumento do Custo Brasil, fazendo com que o nosso país perca competitividade. Por essa razão, viabilizou um cenário em que os próprios entes federados (União, estados e municípios) e o setor produtivo de maneira geral, inclusive a própria indústria que foi afetada no país durante os últimos anos por falta de uma política clara, concordam com a necessidade de se aprovar a reforma tributária.

**Com qual cronograma o senhor trabalha?** Estamos focados naquilo que é obrigação do parlamento brasileiro. Apresentamos o plano de trabalho na comissão mista, com a previsão de votar a proposta no dia 5 de maio e encaminhar em seguida para votação em plenário.

**E a votação no plenário da Câmara e depois no Senado?** Primeiro vamos cumprir o calendário da comissão mista. Lógico que esse calendário sendo cumprido, vamos ter um avanço muito significativo porque isso representa o entendimento das duas Casas em um texto único, o que vai facilitar a sua aprovação tanto na Câmara quanto no Senado. Cumprido o desafio de convergir os textos, teremos uma possibilidade muito boa de rapidamente votar nas duas casas. Acredito que possa ser aprovada ainda no primeiro semestre.

**Como estão as conversas com o ministro Paulo Guedes (Economia) sobre a proposta do Executivo?** Estamos conversamos desde o ano passado com o ministro Paulo Guedes e a sua equipe para que o governo possa apresentar a sua proposta, seja em forma de projeto de lei ou de sugestão. O ideal seria a formalização de uma proposta que pudesse ser discutida na comissão mista. Já solicitei alguns dados para efeitos de cálculo e estamos tendo reuniões periódicas também com a

equipe da Receita Federal. A ideia é que a gente possa não ser prejudicado no calendário em função de não ter ainda, no dia de hoje, uma proposta (do Executivo) enviada à comissão mista.

**O senhor já tem ideia de qual é o melhor caminho de discussão?** Nesse momento, temos que respeitar a comissão que está discutindo exatamente isso. Iniciamos o debate e fizemos a participação na primeira audiência da professora Rita de La Feria, uma especialista que ajudou exatamente na transição desses regimes de sistema tributário complexo para os de impostos de valor agregado que existem no mundo todo. Então o debate foi muito produtivo e, a partir dele, vamos intensificar o trabalho da comissão para que, em um tempo mais célere possível, nós possamos ter de fato um texto construído em um ambiente tão complexo como este do sistema tributário que temos hoje.

**Há alguma possibilidade de se aprovar um imposto similar à antiga CPMF?** Não vejo nenhum espaço para isso no parlamento brasileiro.

**E a redução de carga tributária sobre folha de pessoal?** Desde que o governo indique qual fonte se vai usar para promover a desoneração da folha, sou um defensor da medida. Nós temos uma carga tributária na folha de pagamento que é extremamente excessiva. Além de ser excessiva, talvez seja a tributação mais cumulativa que temos na folha de pagamento. Vamos estudar, com responsabilidade, possíveis fontes de financiamento, mas temos hoje um quadro fiscal que não está resolvido. Estamos vivendo uma crise econômica que é aguda e não sabemos ainda por quanto tempo perdurará e nem o efeito dela no ano de 2020. Temos muitas variáveis, internas e externas, que, se combinadas, podem resultar em um ano de muita dificuldade para o país. Temos que ter a responsabilidade para não tomar medidas em uma reforma que possam comprometer o equilíbrio fiscal no nosso país. ■



▲ Segundo Gerdau, produzir no país custa 22% mais do que na Europa

# Todos pagam pelo custo Brasil

O EMPRESÁRIO JORGE GERDAU EXPLICA ONDE E COMO REDUZIR INEFICIÊNCIAS QUE ATRAPALHAM EMPRESAS, TRABALHADORES E CONSUMIDORES

**ENFRENTAR** o Custo Brasil, que tem um impacto de R\$ 1,5 trilhão na economia, é uma prioridade para o país, defende Jorge Gerdau, empresário e membro do Grupo de Controladores da Gerdau. “A cumulatividade gerada em impostos federais, estaduais e municipais se soma a um complicado emaranhado burocrático que sobrecarrega as empresas, aumentando ainda mais seus custos”, afirma ele, que também está à frente do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC).

**O Custo Brasil é apontado pelos empresários como um problema para o setor produtivo desde os anos 90. Afinal, o que é o Custo Brasil?** Do cidadão comum ao setor produtivo, todos sofrem as consequências de um sistema tributário complexo, de excesso de burocracia, de elevado custo do crédito, de enormes gargalos logísticos e de uma insegurança jurídica que não estimula os investidores, que fez com que, em quase 20 anos, o Brasil ocupe posições incômodas nos principais rankings internacionais

de competitividade. Esse conjunto de problemas estruturais pode ser sintetizado em duas palavras: Custo Brasil.

**O que compõe o chamado Custo Brasil?** Os itens que o compõem e que acabam por retirar a competitividade da economia brasileira acompanham uma empresa em todo o seu ciclo de vida, perpassando a dificuldade de acesso a capital, a burocracia, a insegurança jurídica, a dificuldade de se integrar em cadeias produtivas globais, a infraestrutura logística, o acesso a insumos básicos e a interferência do governo na economia.

**Hoje, há um ambiente mais favorável para resolver esse problema?** Historicamente, todos os temas dessa natureza eram levados ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, mas como isso atinge sempre processos tributários, normalmente o tema era vetado e não conseguia avançar. Hoje, as atribuições do antigo ministério foram incorporadas ao Ministério da Economia, contribuindo para um ambiente bem mais aberto e favorável para avançar nesses temas.

**A estrutura do Custo Brasil mudou nos últimos anos?** Existe uma coisa estrutural muito interessante. Historicamente, o Brasil tinha um dólar caro. Quando não tínhamos o desempenho que temos hoje na produção de produtos agrícolas e commodities, principalmente soja, e na exportação de minérios, e o fluxo de capitais internacionais para o Brasil era maior, esses fatores fizeram com que o valor do dólar ficasse mais baixo e isso elevava o Custo Brasil. Tem mais um aspecto histórico relacionado à carga tributária do país, que era ao redor de 22% a 23% no anos 1990 e hoje está entre 33% e 34%. Consequentemente, os fatores tributários estão pesando muito mais do que antigamente. Nesse contexto, resolver o custo Brasil hoje é mais urgente do que nunca.

**Considerando a discussão da mudança da reforma tributária, qual o impacto que ela pode ter para reduzir o Custo Brasil?** Hoje o Brasil é praticamente o único país do mundo que continua no sistema de não fazer o débito e o crédito financeiro. Consequentemente, existem impostos

cumulativos e todos os tipos de imposto. Esses fatores, dentro de uma reforma tributária que siga critérios internacionais, fazem com que realmente possa haver uma melhoria significativa na legislação, então esse fator de realmente acabar com a cumulatividade é extremamente importante para a competitividade do país.

**Como assim?** Numa comparação internacional, o sistema tributário brasileiro tem uma estrutura de créditos físicos, enquanto no mundo o regime adotado é de créditos financeiros. Consequentemente, a cumulatividade gerada em impostos federais, estaduais e municipais se soma a um complicado emaranhado burocrático que sobrecarrega as empresas, aumentando ainda mais seus custos. A complexidade fica latente quando se constata a existência de milhares de legislações que regulam a tributação em estados e municípios, além de mais de uma dezena de taxas e contribuições federais, que podem ainda se desdobrar em centenas de obrigações, considerando alíquotas diferenciadas e regimes de exceção.

**Quais os ganhos para o país com a eliminação do Custo Brasil?** Maior prosperidade econômica, que vai beneficiar a todos. Isso é uma reforma estrutural que vai aumentar a capacidade exportadora do Brasil, reduzindo uma série de custos do consumo do mercado brasileiro. Deverá haver redução de custos e, por outro lado, aumento de competitividade internacional. Além disso, fará com que a economia nacional, como um todo, que hoje tem um custo de produção 22% maior que a europeia, possa ser mais competitiva no mercado externo.

**O que representa isso, na prática?** Uma empresa de médio porte gasta, em geral, cerca de 1.500 horas – ou 62 dias anuais – para realizar trâmites relativos a pagamentos de tributos no Brasil, de acordo com o relatório *Doing Business*, do Banco Mundial. Comparada à média da OCDE, outros países gastam 89% menos tempo para pagar seus impostos. Atualmente, ocupamos a 124ª posição no ranking de competitividade feito pela instituição financeira, que a cada ano mede a facilidade de fazer negócios em quase 200 países. ■

# Indústria e



## SENAI IMPULSIONA INDÚSTRIA 4.0 NO SETOR AUTOMOTIVO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos parceiros do governo federal no programa *Rota 2030*, que tem como objetivo inserir o setor automotivo brasileiro no mercado global de exportação de veículos e autopeças. As empresas podem receber consultorias gratuitas em produtividade, desenvolver novos produtos e usufruir de cursos de pós-graduação em indústria 4.0. Basta entrar em contato com o SENAI pela plataforma do *Edital de Inovação para a Indústria*, na categoria Aliança Industrial.

Revista Indústria Brasileira ▶ março 2020

## CNI ACIONA STF CONTRA LEI QUE OBRIGA SACO DE CIMENTO PESANDO MENOS DE 50 KG

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma lei do Espírito Santo que obriga todas as empresas de cimento do estado a oferecerem embalagens de 10, 15 e 25 quilos do produto. Para a indústria, o estado invadiu competência federal ao legislar sobre direito do trabalho e comércio interestadual e obriga as empresas cimenteiras a mudarem seu processo de fabricação e ensacamento, violando a livre concorrência entre as diversas empresas do setor.



# m Ação



## FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O FUTURO DO TRABALHO

Em entrevista à revista *ISTOÉ Dinheiro*, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou que o Brasil precisa qualificar 10,5 milhões de trabalhadores em ocupações industriais até 2023. O dado faz parte do *Mapa do Trabalho Industrial*, elaborado pelo SENAI. Para Andrade, a aprovação do Novo Ensino Médio foi um importante salto para garantir uma melhor qualificação dos jovens brasileiros, mas é preciso investir em programas formativos que estimulem a inovação e a criatividade dos futuros profissionais.

## IEL DE CARA NOVA

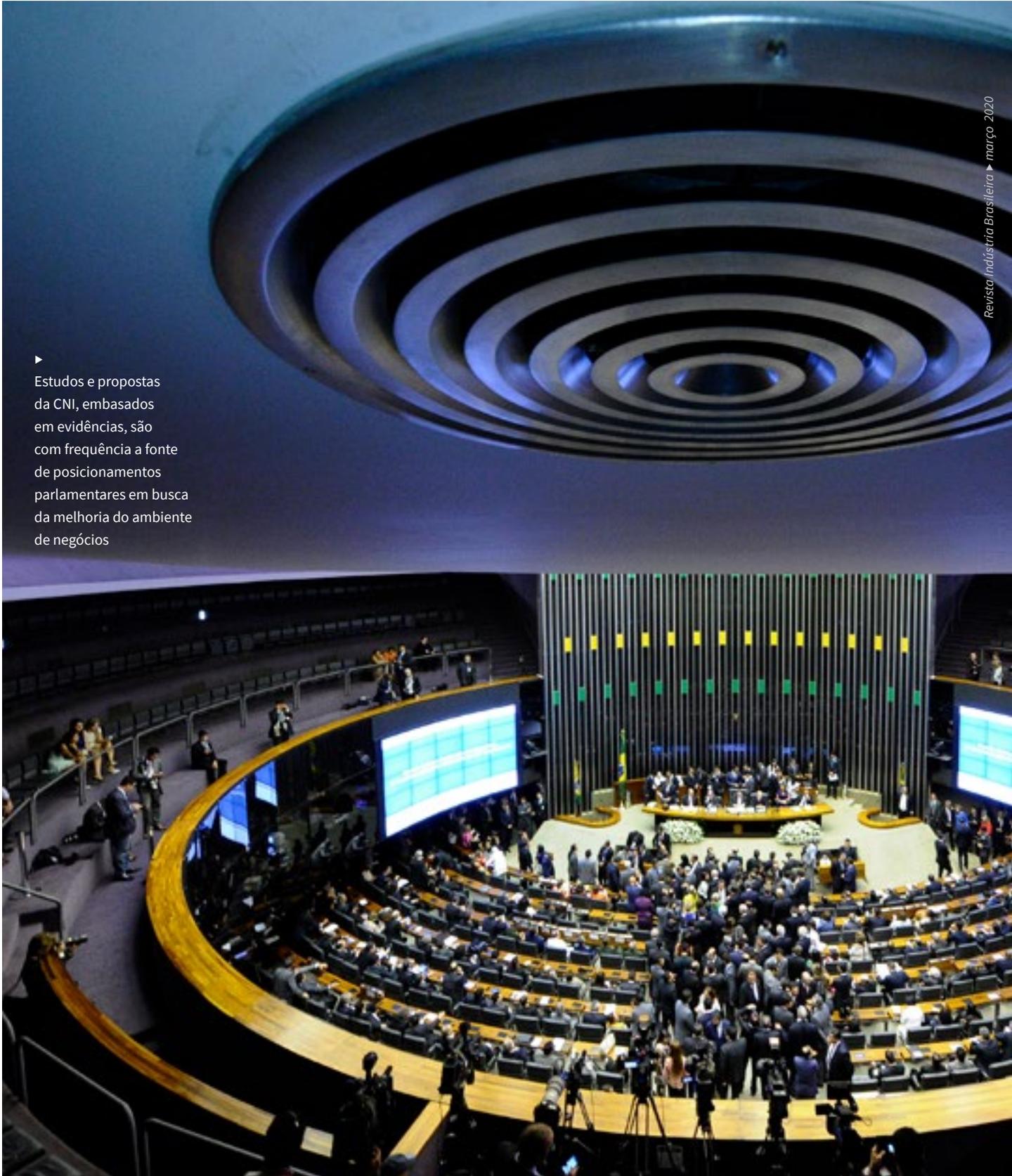
Ao completar 51 anos, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) iniciou 2020 com um novo posicionamento de mercado. O foco será em produtos de maior valor agregado para contribuir com o desenvolvimento da indústria e a geração de novos modelos de negócio. Seu principal objetivo passa a ser a preparação dos empresários brasileiros para lidar com as transformações proporcionadas pela indústria 4.0. Programas como o *Talentos para Indústria*, de Educação Executiva e Consultoria em Gestão da Inovação, ganham novo fôlego.

## REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE SER A PAUTA PRINCIPAL DA AGENDA LEGISLATIVA 2020

A *Agenda Legislativa da Indústria 2020* ganhou corpo no *Seminário RedIndústria*, realizado no início de fevereiro, em Brasília. Participaram representantes do setor produtivo e parlamentares. A reforma tributária foi apontada como prioridade para o Brasil retomar o crescimento sustentado, a partir da simplificação e da desburocratização que atualmente provocam uma cumulatividade de impostos. Também tiveram destaque as discussões sobre o marco legal do saneamento básico e sobre mecanismos de combate à desigualdade social.



▶ Estudos e propostas da CNI, embasados em evidências, são com frequência a fonte de posicionamentos parlamentares em busca da melhoria do ambiente de negócios





# Um documento da democracia

AOS 25 ANOS, AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA É REFERÊNCIA NO DIÁLOGO DO SETOR PRODUTIVO COM O PODER POLÍTICO

**A CADA** ano, empresários e dirigentes da indústria investem tempo e energia na construção de um documento que provavelmente é o mais estruturante da atividade política do setor produtivo nacional. Sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a *Agenda Legislativa* tem sido, desde 1996, um verdadeiro guia para o trabalho de parlamentares comprometidos com a melhoria do ambiente de negócios no país, a geração de empregos e o aumento da competitividade da produção nacional.

“A *Agenda Legislativa* da CNI representa o diálogo aberto que todos os setores da sociedade precisam ter com o Congresso. Somente com esse debate franco conseguiremos avançar nas pautas de interesse do país, gerando crescimento e empregos”, diz o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

## AS CONQUISTAS EM NÚMEROS

Dados de **25 anos** de atuação



Mais de **15 mil** proposições legislativas analisadas e votadas



**137** desses projetos (78%) com posição convergente com a CNI



**1.287** proposições selecionadas



Desde 2011, **410 mil** priorizações foram enviadas à CNI pelas federações e associações



**175** projetos (13,5% do total) viraram leis



Desde 2011, **409 mil** votos contabilizados no Sistema, para mais de 7 mil propostas

Fonte: CNI

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) também acredita na importância fundamental dessa troca. “Entendo que a *Agenda Legislativa* da CNI seja um espaço legítimo de diálogo. Somos representantes do povo brasileiro e precisamos ouvir e falar com todos os segmentos, conhecendo as pautas prioritárias. A *Agenda* nos proporciona esse conhecimento, ainda mais considerando que é preciso confiança mútua para que a economia tenha estabilidade e possamos retomar o crescimento”, explica.

Ao longo de sua história, 1.287 proposições de interesse do setor produtivo já foram retratadas no documento. Em pauta, estiveram assuntos relativos a legislação trabalhista, regulamentação da economia, interesses setoriais, sistema tributário, infraestrutura, meio ambiente, questões institucionais e custos de financiamento.

No total, 175 projetos (13,5% do total) da *Agenda* viraram leis: 137 deles (78%) com posição convergente com a CNI, ou seja, o resultado da votação esteve de acordo com a visão da indústria sobre a melhor regulação para o desenvolvimento do país. Entre esses projetos estão as reformas da Previdência de 1999 e 2019, a reforma trabalhista de 2017, a nova Lei de Falências de 2005, o Código Florestal de 2012, a Lei dos Portos de 2013 e a Regulamentação da Terceirização de 2017. Esse último tema, aliás, foi o que esteve presente durante mais tempo na *Agenda*, por 17 anos seguidos.

Para o deputado Laércio Oliveira (PP-SE), o Estado brasileiro precisa continuar aprovando mudanças que proporcionem um ambiente de segurança jurídica aos empresários e destaca o papel da *Agenda* nesse sentido. “É preciso fazer a economia crescer e girar com projetos como o da reforma trabalhista e o que regulamentou a terceirização, do qual fui relator. Historicamente, a *Agenda* da CNI reúne temas importantes para o desenvolvimento do país e dá força institucional para aprová-los”, destaca.

Desde 2011, quando o processo de formulação da *Agenda* tornou-se totalmente

eletrônico, foram cerca de 410 mil prioridades enviadas à CNI pelas federações de indústrias e associações setoriais nacionais.

Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI, lembra que a *Agenda Legislativa* consolidou-se como um dos principais instrumentos de transparência de atuação da entidade junto ao Congresso Nacional.

“Ao longo do tempo, a *Agenda* amadureceu, ficou mais objetiva e tem se mostrado extremamente eficiente. Ela aponta não só os temas relevantes, mas também a importância deles para o setor industrial no que diz respeito a estimular um melhor ambiente de negócios, proporcionar ganho de investimentos e crescimento do segmento”, explica.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) concorda que a entidade tem tido um protagonismo fundamental no esforço para a proteção e a retomada do crescimento da atividade industrial. “A *Agenda Legislativa* guia os parlamentares comprometidos com a indústria e com os empregos por ela gerados, orientando posicionamentos e alertando para temas sensíveis. Meu mandato tem ganho muito em qualidade pelas notas técnicas e pelos estudos da CNI sobre os temas da indústria”, elogia o amazonense.

## QUALIDADE

A *Agenda* é elaborada, todos os anos, antes do início dos trabalhos legislativos, a partir do *Seminário RedIndústria*. O evento reúne as 27 federações estaduais da indústria e dezenas de associações setoriais nacionais.

Deputados e senadores também estão presentes na elaboração de cada edição. Eles têm o papel de explicar como serão os trabalhos e os desafios no Congresso no ano que se inicia, para ajudar na seleção dos projetos que serão elencados como *Pauta Mínima* – conjunto de proposições de maior impacto sobre o ambiente de negócios.

“Em todos os eventos da CNI dos quais participei, percebo muito cuidado com

o tratamento dos dados e das informações. A *Agenda Legislativa* é um documento que traz essa qualidade”, avalia o senador Weverton.

O deputado Laércio Oliveira concorda. “São estudos técnicos que garantem o embasamento para a defesa das pautas. Atualmente, como relator da Lei do Gás, recebi informações importantes da CNI, que ajudaram na formulação do relatório. O mesmo aconteceu quando fui relator do projeto que regulamentou a terceirização no país”, conta Oliveira.

## RECORDE

A edição de 2020 teve alguns recordes: participaram 100 entidades, entre federações e associações setoriais nacionais, 26 a mais em comparação com 2019. Desse universo, 92 contribuíram com o envio de seus posicionamentos sobre as proposições analisadas. Além das federações estaduais, participaram 55 associações pertencentes ao Fórum Nacional da Indústria.

“Esse ano, ampliamos o número de associações representativas do setor industrial. Elas estão notando a importância da *Agenda* para a organização da defesa de seus interesses junto ao Congresso”, comemora Mônica Messenberg. Do Seminário deste ano, saíram 133 proposições, sendo 43 de interesse setorial e 90 de interesse geral. Destas, 11 constam da Pauta Mínima.

A diretora de Relações Institucionais da CNI ressalta, ainda, que a *Agenda Legislativa* busca não só elencar os projetos prioritários do setor, mas aqueles mais viáveis naquele ano. “A cada exercício, existem janelas de oportunidades para os avanços. Então, são priorizadas as ações que têm maior identidade com as demandas do próprio governo e do Congresso, de modo a potencializar e avançar nas proposições”, explica.

Em 2020, serão prioridade na atuação legislativa da CNI a reforma tributária, o marco regulatório do saneamento básico, a reforma administrativa e a modernização do setor elétrico. ■

# MARÇOS NA HISTÓRIA DA AGENDA (1996-2019)

Alguns temas das proposições que viraram lei no ano da publicação da *Agenda*

- 1996 Lei da Propriedade Industrial
- 1997 Política Energética Nacional e abertura do setor de petróleo
- 1999 Estatuto das MEs e EPPs
- 2000 Criação da Agência Nacional de Águas
- 2001 Lei das sociedades por ações
- 2004 Falência, Concordata preventiva e Recuperação das empresas
- 2007 Regulamentação da Terceirização
- 2008 Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas
- 2009 Lei do Gás
- 2011 Cadastro positivo
- 2012 Novo Código Florestal
- 2013 Nova Lei dos Portos
- 2016 Fim da participação mínima da Petrobras no pré-sal
- 2017 Reforma trabalhista
- 2019 Reforma da Previdência

Fonte: CNI

# O céu virtuoso da economia circular

---

EMPRESAS DO SÉCULO 21  
ESTÃO ADOTANDO PRÁTICAS MAIS  
SUSTENTÁVEIS E ECONÔMICAS,  
SUPERANDO O MODELO BASEADO EM  
EXTRAIR, UTILIZAR E DESCARTAR

---

**A BUSCA** por um desenvolvimento sustentável tem motivado uma transformação no setor produtivo. Os famosos 4Rs (repensar, reduzir, reutilizar e reciclar) do final do Século 20, ainda muito voltados para o fator ambiental, ganharam novos contornos e, hoje, estão inseridos em um amplo modelo de negócio, a “economia circular”.

A prática surgiu como contraponto ao modelo linear (extrair, produzir, usar e descartar) e visa a uma melhor utilização dos recursos naturais por meio de novas oportunidades de negócio e da otimização da produção. Para isso, prioriza insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis, mitigando o impacto ambiental, reduzindo custos e perdas produtivas e criando novas fontes de receita.



▲ Segundo pesquisadores como Aldo Ometto, da USP, “não há setor produtivo que não possa integrar a economia circular”

A Pesquisa sobre Economia Circular na Indústria Brasileira, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), constatou que, embora 70% das indústrias não tivessem ouvido falar em economia circular, 76,4% delas já adotavam alguma prática do modelo. Esclarecido o conceito, 72,4% das indústrias acreditam que a economia cir-

cular pode ajudar na fidelização de clientes, na melhoria da imagem e no aumento das receitas da empresa.

Para Aldo Ometto, professor do Centro de Inovação em Economia Circular da Universidade de São Paulo (USP), o descompasso entre o conhecimento do

termo e sua aplicação não surpreende. “A economia circular não é algo teórico; é muito mais da prática dos novos modelos de negócio. São atividades que estão sendo realizadas para que as empresas tenham sucesso nesse ambiente do Século 21”.

Essa percepção é compartilhada pelo gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo. “Talvez o termo seja desconhecido, mas a prática já é utilizada há bastante tempo, até porque práticas circulares geralmente impactam em aspectos como a redução dos custos operacionais da empresa”.

## VALORES

A mudança de perfil do consumidor, cada vez mais exigente em relação a produtos sustentáveis, é outro elemento importante. “Tornar o negócio mais sustentável é um desafio cada vez mais presente para o setor industrial. Caminhamos para um ponto em que não adotar práticas sustentáveis pode acarretar um custo maior para a empresa tanto no processo produtivo quanto em imagem”, explica José Luis Gordon, diretor de Planejamento e Gestão da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Essa geração de valores também é ressaltada pelo professor da USP, para quem a economia circular traz uma mudança de mentalidade. “As empresas passaram a fazer com que novos valores sejam gerados não só para o cliente, mas também para os *stakeholders* e outros atores que podem vir a ser clientes”.

## IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Nascida com o DNA da sustentabilidade, a empresa de produtos de limpeza YVY atua desde o princípio na lógica circular. “Entendemos que essa seja a única maneira de sobrevivermos neste planeta pelas próximas gerações. Além disso, empresas que insistem na lógica do produzir, utilizar e descartar pararam no tempo e são penalizadas. Para o consumidor moderno, elas ficaram paradas no Século 20”, aposta o CEO e cofundador da empresa, Marcelo Ebert.

Em um mercado ainda dominado por produtos à base de petróleo e disponibilizados em embalagens plásticas descartáveis, a empresa investiu em fórmulas ultra concentradas, com ingredientes naturais e renováveis, e disponibilizadas em cápsulas. O resultado foi a redução em 2/3 da quantidade de plástico em relação à utilizada pela indústria tradicional e de 94% da emissão de gás carbônico (CO2) no transporte. Há, ainda, um programa de logística reversa que recupera as embalagens e as reutiliza na fabricação de cápsulas e utensílios para limpeza.

Outro exemplo vem do grupo Arcelor-Mittal. Desde 2015, a empresa investe no aluguel de estacas (pranchas metálicas destinadas a obras de contenção temporária). Como modelo de negócio inovador, o aluguel cria valor para o cliente na forma de serviço, e não como bem adquirido. Já o reúso dos produtos em mais de uma obra reduz o consumo de recursos na produção e o volume de resíduos gerados ao fim do ciclo.

Nessa mesma linha, a Signify/Philips tem apostado na oferta de luz como um serviço. “A iniciativa consiste na venda de soluções completas nas quais os clientes comprarão luz e não produtos em geral. Nesse conceito está incluída toda a cadeia

“Empresas que insistem na lógica do produzir, utilizar e descartar pararam no tempo e são penalizadas”

▲ **Marcelo Ebert**

CEO e cofundador da YVY.

de negócio, com fornecimento completo, economizando energia, recursos naturais e garantindo a destinação final adequada dos produtos”, garante Márcio Quintino, gerente sênior de Relações Institucionais e Sustentabilidade da empresa.

Além de passarem a ofertar serviços como produtos, ambas as companhias têm investido no reaproveitamento de resíduos e fomentado a expansão da logística reversa, como explica o gerente geral de Sustentabilidade da ArcelorMittal Brasil, Guilherme Abreu. “A recuperação da sucata metálica para produção de aço e o desenvolvimento de novas tecnologias e processos produtivos que permitam o reúso e a reciclagem dos coprodutos são prioridade”.

## CIRCULARIDADE PARA TODOS

“Não há setor produtivo que não possa integrar a economia circular. Pelo contrário, é necessária a atuação conjunta de todos os setores porque os negócios

começam a ser muito mais transversais, com novas formas de gerar valor”. Quem garante é o professor Aldo Ometto, para quem processos como a digitalização, a virtualização e a transformação de serviços em produtos impõem esse novo modelo de atuação.

Em relação ao porte, Davi Bomtempo, da CNI, defende que a economia circular seja viável desde as microempresas até as grandes corporações. Ele pondera, contudo, dois obstáculos que precisam ser superados no Brasil: a falta de conhecimento dos empresários sobre como acessar recursos, inclusive internacionais, que financiam projetos nessa linha; e a ausência de incentivos econômicos governamentais.

“Sabemos que a falta de incentivos dificulta a implementação de novos modelos de negócio. Por isso, essa é uma agenda que temos trabalhado bastante no sentido de viabilizar o rol mais adequado de incentivos em relação à legislação brasileira”, sinaliza o gerente da CNI. ■



Fonte: Pesquisa sobre Economia Circular na Indústria Brasileira/CNI

# O retrato de mais um ano ruim

---

FATURAMENTO DA INDÚSTRIA FECHA 2019 COM QUEDA, APONTA CNI. AINDA ASSIM, EXPECTATIVAS DOS EMPRESÁRIOS SÃO POSITIVAS PARA 2020

---

**O ALMEJADO** crescimento da indústria não chegou em 2019, apesar das expectativas positivas e das diversas medidas anunciadas no primeiro ano do novo governo. O ano terminou com queda em cinco das seis variáveis dos *Indicadores Industriais* da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A pesquisa foi divulgada em fevereiro e compara os resultados com os de 2018. Os números reforçam o fraco desempenho da atividade industrial no ano, em especial no mercado de trabalho.

Ainda que com uma ligeira alta em dezembro em relação ao mesmo mês de 2018, o faturamento real da indústria encerrou 2019 com queda de 0,8%, frustrando o empresário do setor. A expectativa era de alta ao final do ano para esse índice, que obteve uma sequência de cinco meses consecutivos de elevação no segundo semestre.

As horas trabalhadas na produção também recuaram: foram registradas altas mensais em três meses e queda em oito, inclusive em dezembro, acumulando uma redução de 0,5% no ano.

“O fraco resultado de dezembro nos lembra que, apesar dos avanços observados em relação a 2018, a indústria enfrenta dificuldades para manter um ritmo mais forte e sem interrupções de retomada da atividade”, destaca o economista da CNI Marcelo Azevedo.

Ao longo de todo o ano de 2019, o índice de emprego acumulou pequenas variações negativas. Foram sete meses de queda contra apenas um de crescimento. Com isso, a média do emprego industrial foi 0,3% inferior à registrada em 2018, enquanto a massa salarial real registrou queda de 1,9% no mesmo período, apesar de duas altas consecutivas, tanto em novembro como em dezembro.

Outro índice que fechou o ano no vermelho foi o rendimento médio real, que recuou 4,0% na comparação com o pago em dezembro de 2018, acumulando redução de 1,5% na comparação com todo o ano de 2018.

O único índice que subiu em 2019 com respeito ao ano anterior foi o nível de Utilização da Capacidade Instalada (UCI): aumento de 0,4 ponto percentual. A UCI média no ano também registra pequena alta na comparação com a média de 2018, de 0,1 ponto percentual.

Segundo o economista Marcelo Azevedo, para a indústria retomar um crescimento mais consistente, é preciso dar mais competitividade ao setor. “Uma agenda mais forte de promoção de um ambiente melhor de negócios precisa continuar em 2020, com a reforma tributária, medidas que possam facilitar o financiamento e o acesso ao crédito das empresas e a redução de burocracia”, diz o especialista da CNI. ■



OS RESULTADOS DA

# INDÚSTRIA

EM 2019, NA COMPARAÇÃO COM 2018



**-0,8%**  
FATURAMENTO  
REAL



**-0,5%**  
HORAS  
TRABALHADAS



**-0,3%**  
EMPREGO



**-1,9%**  
MASSA REAL  
DE SALÁRIOS



**-1,5%**  
RENDIMENTO  
MÉDIO REAL DO  
TRABALHADOR



**+0,4%**  
UTILIZAÇÃO  
DA CAPACIDADE  
INSTALADA

◀  
Fonte: CNI / Indicadores  
Industriais - dezembro  
de 2019

# Termômetro

## JANEIRO MAIS AQUECIDO NA INDÚSTRIA

A atividade industrial em janeiro de 2020 foi a mais aquecida para o mês dos últimos quatro anos. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou em 67%, aponta a pesquisa *Sondagem Industrial*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Já o índice de evolução da produção das grandes empresas foi o maior da série para o mês, com 52,5 pontos. As médias empresas registraram 48,8 pontos e as pequenas, 45,8 pontos.

## CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO CAI, MAS CONTINUA ACIMA DA MÉDIA

Depois de três altas consecutivas, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)*, da CNI, caiu 0,5 ponto e fechou o mês de fevereiro em 64,8 pontos. Ainda assim, o indicador está 10 pontos acima da média histórica e é 0,3 ponto maior do que o registrado em fevereiro de 2019. “Os empresários continuam dispostos a aumentar a produção, as contratações e os investimentos”, diz a pesquisa.



▲ Fonte: CNI / *Sondagem Industrial* - Janeiro de 2020



▲ Fonte: CNI / *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)* - Fevereiro de 2020

# Econômico



## ATIVIDADE E EMPREGO EM ALTA NA CONSTRUÇÃO

A *Sondagem Industrial* da CNI mostra que a atividade e o emprego recuaram em janeiro na comparação com dezembro, como é usual para o período. No entanto, estão acima do normal. O *Indicador de Nível de Atividade* registrou 47,5 pontos e é o segundo maior valor para o mês de janeiro desde 2010. Já o *Índice do Nível de Número de Empregados*, com 47,3 pontos, é o maior valor registrado para o mês desde 2013.

## CENÁRIO POSITIVO PARA AS PEQUENAS INDÚSTRIAS

O *Panorama da Pequena Indústria*, elaborado pela CNI, mostra que o *Índice de Desempenho* em dezembro foi de 47,4 pontos, o maior patamar para o mês desde o início da série histórica, em 2012. O estudo revela, ainda, que a situação financeira das pequenas também melhorou: o indicador alcançou 41,1 pontos, valor 2,9 pontos acima do registrado no 4º trimestre de 2018 e 3,8 pontos da média histórica do índice.



▲ Fonte: CNI / *Panorama da Pequena Indústria* - Dezembro de 2019



▲ Fonte: CNI/ *Sondagem Indústria da Construção* – Janeiro de 2020

# Giro Brasil

## INDÚSTRIAS DO ACRE PARTICIPAM DE ENCONTRO INTERNACIONAL NO PERU

▶ A Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) participou, nos dias 10 e 11 de fevereiro, do Encontro Empresarial Ucayali - Acre, em Pucallpa, Peru. Um estande apresentou produtos de 94 empresas acreanas, como açaí, derivados da mandioca, carnes e móveis. A ação faz parte do projeto *Rede Empresarial de Comércio Exterior Brasil - Bolívia - Peru*, desenvolvido pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre, e conta com o apoio da FIEAC e de outras entidades.



Revista Indústria Brasileira ▶ março 2020



## INSTITUTO AYRTON SENNA FIRMA PARCERIA COM SESI E SENAI DE SC

▶ A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) fechou acordo com o Instituto Ayrton Senna para promover a formação de docentes e multiplicadores. O objetivo é oferecer educação integral para estudantes de educação básica e profissional com foco no desenvolvimento socioemocional. “Com essa iniciativa, queremos formar um cidadão completo e mais preparado para os desafios do século 21”, disse o diretor de desenvolvimento global do Instituto, Emilio Munaro, no dia 21 de fevereiro, durante evento na FIESC.



## **BAHIA EXPORTOU US\$ 8 BILHÕES EM 2019**

▼  
Entre os estados do Nordeste, a Bahia foi responsável por 48,5% do valor total exportado pela região no ano passado e por 3,6% das exportações brasileiras. Ainda assim, os US\$ 8 bilhões representam queda de 9,8% em relação ao ano anterior, informa relatório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Os principais produtos vendidos para o exterior foram celulose, soja, automóveis, pentóxido de vanádio, óleo combustível, algodão e fios de cobre. A China foi o principal destino dos produtos baianos.



## **PROGRAMA NO MARANHÃO SOMA R\$ 30 BILHÕES EM NEGÓCIOS**

Executivos das empresas que fazem parte do *Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF)*, participaram, no dia 18 de fevereiro, do primeiro encontro do projeto em 2020. O evento foi realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), em São Luís. Em 20 anos de existência, o PDF conta com mais de 3 mil empresas registradas e atua no desenvolvimento de fornecedores maranhenses e na geração de oportunidades. O programa é responsável pela criação de mais de R\$ 30 bilhões em negócios locais.

## **GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA EM PAUTA NO PARÁ**

O Serviço Social da Indústria do Pará (SESI-PA) realizou, no dia 30 de janeiro, em Barcarena, mais uma edição dos *Encontros Interativos em Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho*. Foram apresentadas as leis e normas regulamentadoras do setor, dicas para reformular práticas de SST e também a plataforma SESI Viva+, sistema que disponibiliza informações estratégicas e indicadores e promove um canal de relacionamento entre a indústria, os trabalhadores e o SESI. Em março, Parauapebas receberá quatro turmas do evento.

# Festival SESI de Robótica cresce e transforma

ENTRE OS DIAS 6 E 8 DE MARÇO, SÃO PAULO FOI A CAPITAL DA ROBÓTICA AO SEDIAR TRÊS GRANDES DISPUTAS QUE REUNIRAM 160 EQUIPES DAS CINCO REGIÕES DO PAÍS

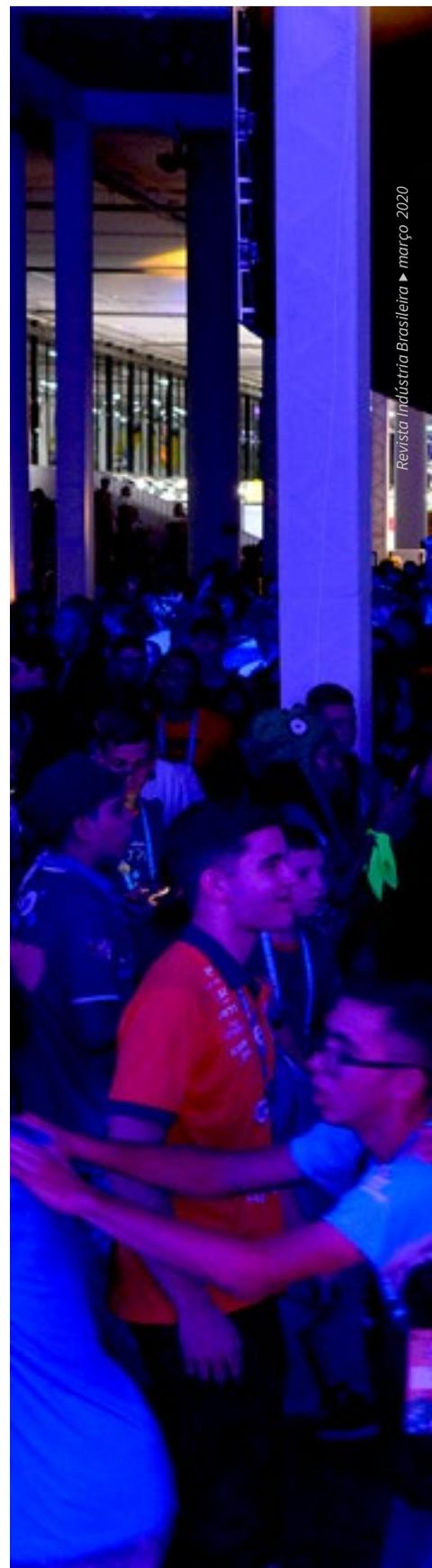
**O QUE** é robótica para você? Software? Programação? Desenvolvimento de robôs para diferentes setores industriais? Para os mais de 1.500 estudantes de 9 a 19 anos que participaram do *Festival SESI de Robótica* entre os dias 6 e 8 de março, no Pavilhão da Bienal de São Paulo, robótica é sinônimo de transformação. Essa transformação abre portas, amplia horizontes e proporciona novos sonhos para jovens de todo o Brasil.

O maior festival de robótica do país é promovido pelo Serviço Social da Indústria em parceria com a FIRST, organização não governamental estadunidense que fomenta o ensino da robótica em todo o mundo.

Divididos em três categorias, os jovens foram desafiados nesta temporada com o tema *Cidades Inteligentes e Sustentabilidade* e desenvolveram projetos de inovação, programaram robôs e, principalmente, foram estimulados a trabalhar em equipe com agilidade, integridade e inteligência emocional – características fundamentais para futuros profissionais de um mercado que se transforma em um ritmo acelerado.

## CAMPEÕES

Na tradicional competição da FIRST LEGO League (FLL), que teve a participação de 100 equipes, pela primeira vez a grande campeã foi uma equipe mineira: a Turma do Bob, da escola SESI - CAT Abílio Rodrigues Patto, de Governador Valadares. Outras duas equipes de São Paulo conquistaram os 2º e 3º lugares, respectivamente as equipes SESI Robotics School, de Ourinhos, e SESI Heroes, de Jundiaí. Elas conquistaram vagas para o principal campeonato mundial de robótica, nos Estados Unidos, e também para o primeiro *Aberto Internacional do Brasil*, que será realizado em junho, no Rio de Janeiro.





◀ Pavilhão da Bienal de São Paulo recebeu 1.500 estudantes de 9 a 19 anos nos três dias do evento

Na categoria FIRST Tech Challenge (FTC), a Geartech Canaã, do SESI de Goiânia, tornou-se bicampeã e garantiu a vaga para o campeonato mundial de Houston, superando outras 31 equipes. “O segredo da nossa equipe é o compromisso e a dedicação. Eu, como técnico, busco fazer com que os estudantes acreditem principalmente neles mesmos”, conta o experiente professor e responsável da equipe, José Rodrigues Junior.

Já na categoria F1 nas Escolas, 28 times competiram na disputa mais rápida do festival. A grande vencedora foi a equipe Spark, do SESI/SENAI de Criciúma, em Santa Catarina. Com o resultado, os jovens vão representar o Brasil no mundial de Cingapura, em julho.

## CRESCIMENTO

O SESI adotou a robótica em sala de aula em suas mais de 450 escolas em 2006 e, em 2013, passou a ser o organizador oficial dos torneios no Brasil. De lá pra cá, a etapa nacional da competição aumentou 150%. De 60 equipes e 600 estudantes, há sete anos, passaram a ser 160 times e mais de 1.500 estudantes neste ano.

“Investir em robótica traz resultados não só para o aluno, que desenvolve habilidades de raciocínio lógico, trabalho em equipe e conhecimentos de ciência e tecnologia, mas também para o país, que ganha profissionais mais críticos, inovadores e capazes

de impulsionar o crescimento econômico brasileiro”, afirma o diretor de operações do SESI Nacional, Paulo Mól.

Esse é justamente um dos objetivos da baiana Maria Beatriz Batista da Mota, 15 anos. Estudante do 2º ano do ensino médio do SESI Djalma Pessoa, em Salvador, ela pretende cursar a faculdade de Direito e montar uma startup para desenvolver projetos sociais que sejam inovadores.

“A robótica muda a gente. Mudei do meu agir até a forma como penso. Antes eu era menos paciente e menos organizada. Até o jeito como eu falo e me relaciono com as pessoas é outro, por conta das técnicas de apresentação que eu aprendi graças às competições. Amo trabalhar com projetos de pesquisa”, diz a jovem, com um sorriso largo no rosto ao participar de sua 4ª temporada na disputa.

O Torneio SESI de Robótica FIRST LEGO League é uma competição de exploração científica, voltada para alunos de 9 a 16 anos, que promove o ensino de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (STEAM) no ambiente escolar e contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades comportamentais para a vida. Os times são avaliados em quatro categorias: Projeto de Inovação, Desafio do Robô, Design do Robô e Core Values.

Já o Torneio FIRST Tech Challenge possui equipes formadas por alunos de 14 a 18 anos do ensino médio, com disputas em duplas e individuais. O robô do FTC tem de cumprir

▼  
“Mudei até a forma como penso”, conta a baiana Maria Beatriz Batista da Mota, do SESI Djalma Pessoa



missões, de maneira autônoma e por rádio controle, em uma arena.

O F1 nas Escolas, por sua vez, é um programa educacional oficialmente vinculado à Fórmula 1 que reproduz os desafios dessa categoria do automobilismo. Nessa preparação para o mundo profissional, estudantes de 14 a 18 anos são desafiados a criar uma empresa que funciona como uma escuderia. Eles podem utilizar diversos recursos tecnológicos para projetar, modelar e testar o protótipo de um carro de F1, que deve ter, no mínimo, 50 gramas.

## ESTREIA

Pela primeira vez no Brasil, o Festival SESI de Robótica apresentou uma nova categoria: a FIRST Robotics Competition (FRC). A modalidade combina a emoção do esporte com os rigores da ciência e da tecnologia e é uma verdadeira febre nos Estados Unidos. Para se ter uma ideia, no Torneio Mundial dos Estados Unidos no ano passado, em Houston, mais de 400 equipes de todo o planeta participaram apenas dessa categoria.

Nela participam jovens do ensino médio e universitários e o objetivo é arrecadar recursos, desenvolver uma marca e criar e programar robôs de tamanho industrial, com cerca de 60 quilos, para um jogo de campo difícil. É o mais próximo da engenharia do mundo real que um estudante pode chegar.

Mas o festival do SESI não teve só robôs. Além das competições, o evento contou, em



sua programação, com o *Seminário Internacional SESI de Educação*, que teve a presença de especialistas do Brasil e do mundo para discutir a cultura do *faça você mesmo* e o tema *Cidades Inteligentes*.

Em outro espaço, o SESI convidou o público a interagir com o mundo da robótica por meio de workshops sobre Ancestralidade e Tecnologias, Programação e Algoritmos, Visualização de Dados, entre outros. Além disso, o *Espaço ACESSE – Arte Contemporânea e Educação em Sinergia no SESI* – disponibilizou ferramentas e tutoriais para produção de objetos criativos e interativos. ■

▲ Geartech Canaã, do SESI de Goiânia, foi a bicampeã na categoria FIRST Tech Challenge





# O desafio da modernização da infraestrutura no Brasil

CLÁUDIO R. FRISCHTAK

▲  
Presidente da Inter.B  
Consultoria Internacional  
de Negócios (Inter.B)

**O ANO** de 2020 poderá vir a ser um importante momento de inflexão quanto aos investimentos em infraestrutura no país, que ainda estão num nível claramente insuficiente frente às necessidades básicas da população, afetando o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas. Em 2019, o país investiu estimados 1,87% do PIB em transporte (todos os modais, inclusive mobilidade urbana), energia elétrica, saneamento e telecomunicações, dos quais 1,22% foi responsabilidade do setor privado e 0,65%, do setor público. Ao final de 2019, o estoque de capital em infraestrutura era de 36,6% do PIB (para um PIB nominal estimado em R\$ 7.121 bilhões).

Qual o significado desses números? O país investe menos da metade do necessário para ter uma infraestrutura razoavelmente moderna, comparável a outras nações de renda média. Deveríamos investir mais: 4,24% do PIB por duas décadas consecutivas para alcançarmos um estoque alvo de 60%. E também deveríamos investir melhor, pois o setor público desperdiçou muitos recursos em obras inacabadas ou sem racionalidade. Estamos muito distantes de satisfazer as necessidades da sociedade em infraestrutura e o esforço terá de recair sobre o setor privado, dada a fragilidade fiscal dos governos e a prioridade em saúde, educação e segurança.

Estamos no caminho certo? Em princípio, sim. Há um programa de concessões em transportes – particularmente em rodovias e aeroportos – e no setor elétrico, cuja escala está entre as maiores globalmente. Igualmente importante, há legislação da maior relevância no Congresso, que terá um papel potencialmente transformador em setores como saneamento, ferrovias e gás natural, inclusive ao facilitar a privatização de empresas estatais com problemas de governança e gestão e limitada capacidade de investimento. Há, ainda, alguns estados e algumas cidades que estão estruturando Parcerias Público Privadas (PPPs) com base numa gestão fiscal mais responsável.

Qual é o salto que esses esforços irão propiciar? Estima-se que um programa bem-sucedido possa agregar em torno de 0,3% do PIB a cada ano, ou seja, R\$ 22 bilhões de investimentos já em 2020, de modo que, ao final do governo, estejamos investindo 2,8% do PIB, ainda distantes do necessário, mas numa trajetória virtuosa e direcionada pelo setor privado. Entretanto, além de o Congresso aprovar uma legislação relevante para o país avançar nessa direção, é essencial que a racionalidade econômica predomine nas decisões do governo, no âmbito do judiciário e das agências reguladoras. ■

►  
A opinião de  
articulistas convidados  
não necessariamente  
reflete a da CNI.

# ATA Carnet. Seus bens ou produtos viajam o mundo sem complicação e sem imposto.

O ATA Carnet é um passaporte aduaneiro internacional que permite a livre entrada de bens em mais de 75 países, incluindo o Brasil, sem cobrança de impostos.

São três categorias beneficiadas pelo ATA Carnet: **amostras comerciais, equipamentos profissionais e esportivos, artigos para apresentação em feiras, mostras, exposições e eventos similares.**

Para fazer o seu ATA Carnet ou obter mais informações acesse [www.cni.com.br/atabrasil](http://www.cni.com.br/atabrasil)



**Emissão exclusiva pela Confederação Nacional da Indústria – CNI e Federações das Indústrias.**





*Confederação Nacional da Indústria*

**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**